



# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2025.

#### 1) A COMPANHIA

A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A outorga de concessão do segmento de transmissão no Brasil é originada por meio de licitações públicas promovidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Como resultado deste leilão a concessionária terá direito ao recebimento de uma Receita Anual Permitida (RAP) que tem início após o término da construção e perdura até o final do período de concessão (30 anos). O setor está inserido em um marco regulatório estruturado e consolidado, que assegura às concessionárias mecanismos de reajustes e revisões periódicas da RAP, conduzidos pela própria ANEEL, garantindo previsibilidade e estabilidade de receitas. O segmento de transmissão apresenta baixo risco e eventuais incertezas no setor elétrico brasileiro, como condições macroeconômicas ou ajustes regulatórios, não afetam de forma relevante a previsibilidade da geração de caixa do segmento de transmissão, considerando suas características contratuais e regulatórias.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	262
Tensão em kV:	230
Subestações próprias:	1

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

**3.1) Receita:** A Resolução Homologatória nº 3.481 publicada em 15 de julho de 2025, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2025/2026, com acréscimo na RAP de R\$ 4.710.600, vide nota explicativa 1.2.

	2025	2024
• Liquidez geral	2,49	2,41
• Liquidez corrente	5,19	4,89
• Relação patrimônio líquido/ativo	59,91%	58,57%
• Relação passivo não circulante/ativo	36,50%	37,82%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	17,03%	17,44%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	21,49%	21,97%
Ativos Totais - R\$	737.180.874	713.397.859
Lucro líquido do exercício	75.190.749	72.875.068

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, a Companhia vem implementando melhorias contínuas e segue evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estão sendo integrados, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser

composta por: Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) e Conselho Fiscal (CF). **4.1 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da Companhia. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. Atualmente é composto por quatro (4) membros, nomeados pelos acionistas para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial do Grupo SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da Companhia e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **4.2 Diretoria Executiva:** A Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) é o principal órgão de gestão executiva da Companhia. Atualmente é composto por três (3) membros, nomeados pelo BoD para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O BoE também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades está a definição do planejamento estratégico da Companhia, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3 Conselho Fiscal (CF):** Na Companhia, o Conselho Fiscal (CF) é de funcionamento não permanente, podendo ser instalado mediante solicitação da acionista, na forma prevista na legislação aplicável.

#### 5) GESTÃO DE RISCOS

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Disparamos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e o Grupo SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Risks") e seus respectivos projetos, além de desenvolver o ambiente de controles internos dos riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

#### 6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam suas decisões e o relacionamento com stakeholders. O Grupo SGBH atua de forma a assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta Empresarial traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos

on-line com avaliação de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem no Grupo SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As comunicações recebidas são analisadas e tratadas conforme procedimentos internos, sob a coordenação da área de Compliance e Privacidade, sendo os resultados das apurações submetidos à apreciação do Comitê de Compliance & Ética, responsável por deliberar sobre as conclusões e recomendar as medidas cabíveis, quando aplicável. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos fazem parte do processo de admissão de novos funcionários e, foi lançado um curso de Reciclagem em Compliance, de realização anual, com o objetivo de reforçar periodicamente os conteúdos, atualizar diretrizes e fortalecer a cultura de integridade na Companhia. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso *website*. Em 2025, não foram identificados casos de corrupção relacionados ao Grupo SGBH, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

#### 7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2025, o Grupo SGBH investiu em iniciativas de educação ambiental e comunicação com comunidades, além do monitoramento de áreas ambientalmente relevantes. Nossas ações são orientadas pelos órgãos ambientais competentes do licenciamento ambiental de cada projeto, com o objetivo de evitar, mitigar e compensar possíveis efeitos negativos sobre o meio ambiente e as populações locais, bem como potencializar os efeitos positivos. As condicionantes incluem o monitoramento ambiental dos ativos, monitoramento de fauna e flora, ocorrência de processos erosivos e ações de conscientização, além do reflorestamento e a gestão de resíduos e efluentes.

#### 8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2026 a companhia teve como auditor Independente exclusivo a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY Brasil"). O primeiro contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY Brasil") foi assinado em 05 de dezembro de 2025 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria 2026 sendo a renovação avaliada ao fim deste ciclo. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	2025
Auditor Independente	27.396
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY Brasil")	27.396
<b>Total</b>	<b>27.396</b>

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

#### 9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026.

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.880.663	12.453.205	Fornecedores - terceiros	11	5.019.375	4.620.296
Títulos e valores mobiliários	7	24.337.926	5.002.310	Fornecedores - partes relacionadas	22.2	873.640	667.079
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	8	8.991.478	9.178.596	Obrigações sociais e trabalhistas		1.790.265	1.561.627
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	1.372.311	1.162.810	Empréstimos e financiamentos - terceiros	12	11.422.676	11.157.415
Adiantamento a fornecedor		61.621	40.206	Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	4.885.734	5.069.211
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	9.166.749	17.400.264	Outros impostos a pagar	13	922.437	1.091.814
Outros impostos a recuperar	9	667.909	674.287	Taxas regulamentares		926.129	974.890
Almozarifado		1.706.946	1.536.503	Dividendos propostos	16.e/22.2	598.304	600.701
Ativos de contrato	10	80.426.579	77.624.340	<b>Total passivo circulante</b>		<b>26.438.560</b>	<b>25.743.033</b>
Outros ativos circulantes		667.809	696.672	<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>137.279.991</b>	<b>125.769.191</b>	Empréstimos e financiamentos - terceiros	12	67.855.341	77.048.201
<b>Ativo não circulante</b>				Impostos diferidos	15	201.242.384	192.760.713
Realizável a longo prazo				<b>Total passivo não circulante</b>		<b>269.097.725</b>	<b>269.808.914</b>
Títulos e valores mobiliários	7	4.210.879	5.288.295	<b>Patrimônio líquido</b>			
Ativos de contrato	10	595.649.975	582.318.195	Capital social	16.a	84.001.000	84.001.000
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>599.860.854</b>	<b>587.606.490</b>	Reserva legal	16.b	16.800.200	16.800.200
Imobilizado		38.357	19.121	Reserva de retenção de lucros	16.c	262.407.116	253.968.838
Intangível		1.672	3.056	Reserva de incentivos fiscais	16.d	78.436.273	63.075.874
<b>Total</b>		<b>40.029</b>	<b>22.177</b>	<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>441.644.589</b>	<b>417.845.912</b>
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>599.900.883</b>	<b>587.628.667</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>737.180.874</b>	<b>713.397.859</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>737.180.874</b>	<b>713.397.859</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>84.001.000</b>	<b>16.800.200</b>	<b>272.802.162</b>	<b>47.579.984</b>	-	<b>421.183.346</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	72.875.068	72.875.068
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (nota explicativa 16.d)	-	-	-	15.495.890	(15.495.890)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 16.c)	-	-	56.805.386	-	(56.805.386)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16.e)	-	-	-	-	(573.792)	(573.792)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16.e)	-	-	(75.638.710)	-	-	(75.638.710)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>84.001.000</b>	<b>16.800.200</b>	<b>253.968.838</b>	<b>63.075.874</b>	-	<b>417.845.912</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	75.190.749	75.190.749
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (nota explicativa 16.d)	-	-	-	15.360.399	(15.360.399)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 16.c)	-	-	59.232.046	-	(59.232.046)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16.e)	-	-	-	-	(598.304)	(598.304)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16.e)	-	-	(50.793.768)	-	-	(50.793.768)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>84.001.000</b>	<b>16.800.200</b>	<b>262.407.116</b>	<b>78.436.273</b>	-	<b>441.644.589</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso. A Companhia iniciou suas operações em 11 de junho de 2018, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas. **1.1 Da concessão:** Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com Receita Anual Permitida (RAP) no valor de R\$58.212.631 e deságio de 5,29% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a local em construção é de aproximadamente 262 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva. (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP):** De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional e Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação

do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 58.212.631, data-base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base. A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018 conforme emissão do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo ONS. Em 04 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 85.203.432 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. Em 16 de julho de 2024 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.348/2024 estabeleceu a RAP em R\$ 88.548.534 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. Em 15 de julho de 2025 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.481/2025 estabeleceu a RAP em R\$ 93.259.133 para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção		13.297.734	12.708.526
Remuneração dos ativos de contrato		93.862.016	91.549.520
Outras receitas		9.907.715	8.867.195
Deduções da receita operacional		(12.077.007)	(11.659.128)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17</b>	<b>104.990.458</b>	<b>101.466.113</b>
<b>Custo da operação</b>	<b>18</b>	<b>(5.710.920)</b>	<b>(4.386.971)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>99.279.538</b>	<b>97.079.142</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(2.696.606)	(2.501.066)
Provisão para perda de crédito esperada	8	(1.524.552)	(2.622.143)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(159.457)	(166.620)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>94.898.923</b>	<b>91.789.313</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>20</b>	<b>(4.471.823)</b>	<b>(3.555.807)</b>
Receita financeira		4.167.214	4.567.463
Despesa financeira		(8.639.037)	(8.123.270)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>90.427.100</b>	<b>88.233.506</b>
IRPJ e CSLL correntes	21	(8.247.076)	(8.496.153)
IRPJ e CSLL diferidos	21	(6.989.275)	(6.862.285)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>75.190.749</b>	<b>72.875.068</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro líquido do exercício	75.190.749	72.875.068	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>75.190.749</b>	<b>72.875.068</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>			



# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

#### 4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **4.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais a margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura" como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **c) Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas ou alteradas, requeridas a partir de 2026, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras que serão: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

#### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs com uma remuneração média de 101,18% do CDI em 2025 e de 101,92% do CDI em 2024. Visando otimizar a rentabilidade do caixa disponível ao final do período, a empresa transferiu parte dos recursos de curto prazo para uma aplicação financeira de maior prazo (TVM), com taxa mais atrativa. **6.1 Política contábil:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

**Curto prazo**  
Aplicação Banco BTG Pactual CDB (i)  
**Total**  
**Longo prazo**  
Conta reserva - financiamentos (ii)  
**Total**

(i) A variação observada decorre da otimização do caixa disponível ao longo e ao final do exercício, com a realocação de recursos anteriormente mantidos em caixa de curto prazo para aplicação financeira em CDB, com prazo de 90 dias (classificada como Títulos e Valores Mobiliários - TVM), remunerada a 101,75% do CDI em 2025 e 101,5% do CDI em 2024, junto ao Banco BTG.

(ii) Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 12). Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a CNTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de cobertura da dívida foi superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e, portanto, o saldo da conta reserva constituída é equivalente a três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES. **7.1 Política contábil:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da companhia, conforme previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais instrumentos foram contratados para atender demandas contratuais de títulos de dívidas, conforme mencionado anteriormente e os demais para gestão de disponibilidade de caixa, sendo estes aplicados em títulos com vencimentos de curto e longo prazo.

#### 8. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

A vencer  
Vencidas até 30 dias  
Vencidas até 60 dias  
Vencidas até 90 dias  
Vencidas até 180 dias  
Vencidas até 360 dias  
Vencidas há mais de 360 dias  
**Total (i)**  
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)  
**Total contas a receber**

(i) As provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Grupo Quintarrel, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia, que no encerramento de 2024 eram parcialmente classificados como vencidos até 360 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2025, antigos e novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Aurora, BRENTech, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto, UFV Taboleiro e Norte Energia. (ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Aurora, BRENTech, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto e UFV Taboleiro. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

Saldo inicial  
Reversão  
Provisão  
**Saldo final**

**8.1 Política contábil:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes à construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construir e operar a linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

#### 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

**Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

IRPJ saldo negativo (i)  
IRRF a recuperar  
CSLL saldo negativo  
CSLL a recuperar  
**Total**  
**Outros impostos a recuperar**

PIS  
COFINS  
IRRF retido de clientes  
CSLL retido de clientes  
ICMS a recuperar  
Outros  
**Total**

(i) Variação refere-se à restituição do saldo de negativo do exercício de 2019 efetuada pela Receita Federal do Brasil.  
**9.1 Política contábil:** Os impostos a recuperar referem-se a tributos incidentes sobre as operações da Companhia, pagos antecipadamente ou retidos na fonte, passíveis de compensação com tributos correntes ou restituição, conforme previsto na legislação vigente. Esses valores são registrados pelo montante original e classificados no ativo circulante ou não circulante de acordo com a expectativa de realização. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos créditos tributários com base nas projeções de resultados tributáveis e no histórico de compensações.

#### 10. ATIVO DE CONTRATO

Circulante  
Não circulante  
**Total**

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim apresentada:

**Saldo em 31 de dezembro de 2024**  
Receita de O&M (i)  
Receita de remuneração (ii)  
Recebimentos (iii)  
**Saldo em 31 de dezembro de 2025**  
**Circulante**  
**Não circulante**  
**Saldo em 31 de dezembro de 2023**  
Receita de O&M (i)  
Receita de remuneração (ii)  
Recebimentos (iii)  
**Saldo em 31 de dezembro de 2024**  
**Circulante**  
**Não circulante**

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2025 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual. (iii) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para a prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **10.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

**11. FORNECEDORES - TERCEIROS**

Provisão para encerramento de obra  
Fornecedores relacionados à construção (i)  
Prestadores de serviços (ii)  
Fornecedor de almoxarifado  
Outros  
**Total**

(i) Provisões relacionadas aos projetos de melhorias referente ao Retrofit do centro de operações e o CP2025-HVAC-RF-OM-12-01. (ii) Provisão de projeto P&D para desenvolvimento de uma solução para monitorização remota de colisão de aves em linhas de transmissão usando visão computacional.

#### 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

**a. Total da dívida**

**Descrição**  
BNDES  
Circulante  
Não circulante  
**Total**

**b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

**Financiador**  
BNDES  
**Total**

**Financiador**  
BNDES  
**Total**

**BNDES:** Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983.105 destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2023 havia de principal um montante de R\$ 98.305.484 sobre os quais incidiram 1,93% ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela teve vencimento em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033. **c. Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **d. Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2025:

**A) Geração de caixa**  
(+) EBITDA  
(-) Pagamento de IR + CS  
**B) Serviço da dívida**  
(+) Amortização de dívida  
(+) Pagamento de juros  
**C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)**

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):**

**Amortização**  
2027  
2028  
2029  
2030-2033  
**Total**

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

**12.1 Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.





# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

#### 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Contribuição social a pagar		31/12/2025	31/12/2024
CSLL		4.885.734	5.069.211
<b>Total</b>		<b>4.885.734</b>	<b>5.069.211</b>
Outros impostos a pagar		31/12/2025	31/12/2024
PIS		132.858	161.815
COFINS		616.543	788.259
INSS empregado		111.068	102.839
ISS terceiros		10.032	1.342
IRRF		3.313	1.729
Outros		48.623	35.830
<b>Total</b>		<b>922.437</b>	<b>1.091.814</b>

#### 14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "prováveis" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e servidões, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Fiscais (i)	460.636	365.510
<b>Total</b>	<b>460.636</b>	<b>365.510</b>

(i) **Processos Fiscais:** Refere-se ao procedimento administrativo 5755107/2020 no valor de R\$ 460.636 em 31/12/2025 e R\$ 365.510 em 31/12/2024 que discute supostos débitos referentes ao diferencial de alíquotas de ICMS. A companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento do caso. O aumento de exposição decorre de atualização monetária.

**14.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 15. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo de contrato da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>IR e CSLL diferidos - Ativo</b>	<b>(1.938.755)</b>	—
IR Diferido (diferenças temporárias)	(1.425.555)	—
CSLL diferido (diferenças temporárias)	(513.200)	—
<b>IR e CSLL diferidos - Passivo</b>	<b>140.644.058</b>	<b>131.716.028</b>
IR diferido	102.957.821	96.596.128
CSLL diferido	37.064.815	34.498.478
IRPJ depósito reinvestimento	621.422	621.422
<b>Outros impostos diferidos - Passivo</b>	<b>62.537.081</b>	<b>61.044.685</b>
Outros impostos diferidos (i)	62.537.081	61.044.685
<b>Total</b>	<b>201.242.384</b>	<b>192.760.713</b>

(i) Em decorrência da Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2024, que passa a vigorar em fase de transição em 1º de janeiro 2026, com implantação gradual até 2033. A partir de 1º de janeiro de 2027, os tributos PIS e COFINS, serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), tributo não cumulativo e de base ampla. Até que a legislação pertinente defina a alíquota efetiva da CBS, a Administração avaliou o tema e optou por manter os saldos desses tributos, classificados como "Outros tributos diferidos" e apresentados no passivo de longo prazo nessas demonstrações financeiras. Os ajustes necessários serão realizados após definição normativa da CBS, assegurando que os efeitos sejam refletidos de forma adequada no modelo contábil do ativo contratual. Adicionalmente, a Administração está avaliando os impactos sobre o fluxo de receita conforme CPC 47 bem como potenciais reflexos sobre o grupo de recebimento do ativo contratual.

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(1.938.755)</b>	<b>192.760.713</b>
Efeitos reconhecidos no resultado (outros impostos diferidos)	—	1.492.396
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(1.938.755)	8.928.030
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(1.938.755)</b>	<b>203.181.139</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>—</b>	<b>184.368.550</b>
Efeitos reconhecidos no resultado (outros impostos diferidos)	—	1.529.878
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	—	6.862.285
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>—</b>	<b>192.760.713</b>

**15.1 Política contábil:** Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

#### 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001.000 dividido em 84.001.000 ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2025 e 2024
State Grid Brazil Holding S.A.	100%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**b. Reserva Legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 262.407.117 e R\$ 253.968.838 respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. As reservas de lucros da Companhia ultrapassaram o montante do capital social. Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.), o saldo das reservas de lucros não poderá exceder o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social, ou ainda na distribuição de dividendos. Nesse contexto, a Administração está avaliando as alternativas previstas na legislação e adotará as medidas cabíveis para destinar o excesso das reservas, em conformidade com o que determina a Lei das S.A. **d. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do

Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, podendo ser fruído de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2020, o Ato Declaratório Executivo retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2019. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 63.075.874 em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 78.436.273. **e. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>75.190.749</b>	<b>72.875.068</b>
Reserva de incentivos fiscais	(15.360.399)	(15.495.890)
Base de cálculo para os dividendos	59.830.350	57.379.178
<b>Dividendo mínimo obrigatório (1%)</b>	<b>598.304</b>	<b>573.792</b>

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos adicionais e intermediários que foram pagos ao longo de 2025 e 2024 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2024	Dividendos pagos em 2025
AGO	04/04/2024	67.638.710	—
RCA	14/10/2024	8.000.000	—
AGOE	15/04/2025	—	51.394.467
<b>Total</b>		<b>75.638.710</b>	<b>51.394.467</b>

#### 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>117.067.465</b>	<b>113.125.241</b>
Receita de operação e manutenção (i)	13.297.734	12.708.526
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	93.862.016	91.549.520
Outras receitas (iii)	9.907.715	8.867.195
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(12.077.007)</b>	<b>(11.659.128)</b>
PIS e COFINS correntes	(9.336.344)	(8.934.207)
Outros impostos diferidos	(1.492.396)	(1.529.878)
TFSEE (Taxa de fiscalização)	(344.779)	(300.475)
P&D (Pesquisa e desenvolvimento)	(903.488)	(864.568)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>104.990.458</b>	<b>101.466.113</b>

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração. (iii) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. Sendo assim, à medida que são realizadas inflações superiores a inicialmente projetada, a tendência é de que essa conta aumente quando comparada ao total do ano anterior, visto que o impacto do diferencial inflacionário é cumulativo. **17.1 Política contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **(b) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **(c) Outras receitas** - A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual e também pelos efeitos da revisão tarifária periódica, visto que estes são reconhecidos através da linha de recebimentos do fluxo ao serem confrontadas com a RAP da adoção. **Impostos incidentes sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

#### 18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(3.448.778)	(3.201.529)
Material	(485.612)	(618.144)
Serviços de terceiros	(882.629)	(759.593)
Arrendamentos e aluguéis	(107.261)	(52.531)
Seguros	(113.930)	(112.141)
Tributos	(14.757)	(28.829)
Custo de operação e manutenção (i)	(120.127)	888.487
Gastos diversos	(537.826)	(502.691)
<b>Total</b>	<b>(5.710.920)</b>	<b>(4.386.917)</b>

(i) Variação em 2024 refere-se a reversão de provisão não realizada ref. à implantação de infraestrutura e construção de armazém de O&M.

#### 19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(1.771.684)	(1.605.694)
Material	(95.101)	(69.189)
Serviços de terceiros	(355.410)	(380.139)
Arrendamentos e aluguéis	(187.903)	(173.073)
Tributos	(48.427)	(9.223)
Depreciação e amortização	(7.418)	(16.737)
Outras	(230.663)	(247.011)
<b>Total</b>	<b>(2.696.606)</b>	<b>(2.501.066)</b>

#### 20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>	<b>4.167.214</b>	<b>4.567.463</b>
Receitas de aplicações financeiras	3.130.657	3.427.317
Tributos sobre receitas financeiras	(203.251)	(353.970)
Outras receitas financeiras	1.239.808	1.494.116
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(8.639.037)</b>	<b>(8.123.270)</b>
Juros e variação monetária sobre empréstimos - terceiros	(8.568.383)	(8.008.155)
Outras despesas financeiras	(70.654)	(115.115)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(4.471.823)</b>	<b>(3.555.807)</b>

#### 21. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>90.427.100</b>	<b>90.924.327</b>
Adições/Exclusões não dedutíveis	3.127.006	4.095.816
Ajustes ICPC 01	(23.772.922)	(24.193.510)
Outros	(376.514)	(311.827)
<b>Lucro Real</b>	<b>69.404.670</b>	<b>70.514.806</b>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(17.327.168)	(17.604.701)
Inc. Fiscais	15.368.437	15.517.252
<b>IRPJ devido (25%)</b>	<b>(1.958.731)</b>	<b>(2.126.205)</b>
<b>CSLL (9%)</b>	<b>(6.280.307)</b>	<b>(6.369.948)</b>
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores)	(8.038)	—
IR e CS correntes	(8.239.038)	(8.496.153)
IR e CS diferidos	(6.989.275)	(6.862.285)
<b>Total IR e CS</b>	<b>(15.236.351)</b>	<b>(15.358.438)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>17%</b>	<b>14%</b>

**21.1 Política contábil:** A tributação dos impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos são feitas pela sistemática do Lucro Real e considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

#### 22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>22.1 Ativo</b>	<b>1.372.311</b>	<b>1.162.810</b>
Contas a receber - partes relacionadas	1.371.615	1.148.629
Rateio Res. 948/21 - ANEEL (i)	670	14.181
Intercompany GATE - Despesas com pessoal	670	14.181
Intercompany LTMC - Despesas com pessoal	26	—

	31/12/2025	31/12/2024
<b>22.2 Passivo</b>	<b>873.640</b>	<b>667.079</b>
Fornecedores - partes relacionadas	16.431	—
Aluguel (ii)	842.571	666.366
Rateio Res. 948/21 - ANEEL (i)	—	713
Intercompany SGBH - Despesas com seguros	13.958	—
Serviços de Engenharia - SGSE	680	—
Intercompany GATE - Despesas com pessoal	598.304	600.701

**22.3 Resultado**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado - partes relacionadas</b>	<b>2.438.294</b>	<b>1.832.520</b>
Rateio Res. 948/21 - ANEEL (i)	2.622.721	2.005.320
Despesa de aluguel (ii)	(184.427)	(172.800)

(i) Em setembro de 2017, o Grupo celebrou o 1º contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas com o objetivo de racionalizar e simplificar a estrutura administrativa entre as empresas do grupo, bem como cumprir o regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016, posteriormente substituída pela Resolução Normativa nº 948 em 16 de novembro de 2021. As despesas relacionadas aos recursos humanos compartilhados, assim como a infraestrutura associada, são alocadas proporcionalmente entre as companhias participantes, de acordo com o critério regulatório de rateio estabelecido em contrato, mediante emissão de notas de débito trimestrais entre as companhias envolvidas. Em junho de 2025, por meio do Despacho nº 1.718, a ANEEL autorizou a inclusão da empresa STE no cálculo do rateio da Regional Centro por meio do 4º contrato de compartilhamento de infraestrutura administrativa e de recursos humanos. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. **22.4 Remuneração da Administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Valores reconhecidos no resultado</b>	<b>463.892</b>	<b>526.530</b>
Remuneração fixa e variável (*)	—	—
<b>Remuneração fixa e variável (*)</b>	<b>(216.823)</b>	<b>(226.213)</b>
Salário	(35.218)	(49.736)
Benefícios diretos e indiretos	(95.208)	(105.977)
Encargos	(116.643)	(144.604)
Provisões (13º salário, férias e bônus)	(60.154)	(116.643)
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>(463.892)</b>	<b>(526.530)</b>

(\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

**22.5 Política contábil:** Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a remuneração e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. Remuneração inclui todos os benefícios a empregados e administradores (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados), inclusive os benefícios dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Os benefícios a empregados são todas as formas de contrapartida paga, a pagar, ou proporcionada pela entidade, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados. Também inclui a contrapartida paga em nome da controladora da entidade em relação à entidade. Com o objetivo de garantir a transparência e melhores condições contratuais a entidade efetua processos de cotação com diversos fornecedores e caso seja mais vantajoso contrata as empresas do grupo para prestação de serviços. Para firmar contratos de mútuo entre as partes relacionadas a ANEEL requer que seja apresentado um benchmark de cotações de mercado em condições similares de modo a comprovar que as condições pleiteadas não irão onerar financeiramente a Companhia tomadora. Para maiores informações sobre a segregação entre curto e longo prazo dos títulos em aberto com partes relacionadas, vide nota explicativa 2.3.

#### 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS



# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2025	9.880.663
Títulos e valores mobiliários	28.548.805	
Contas a receber de clientes	8.991.478	
Contas a receber de partes relacionadas	1.372.311	
<b>Total da exposição</b>	<b>48.793.257</b>	

Os riscos de créditos relacionados à Contas a receber - Concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE (Provisão para perda de crédito esperada) vide nota explicativa 4.5. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Moody's:

AAA	31/12/2025	38.429.468
<b>Total da exposição</b>	<b>38.429.468</b>	

**e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2025	31/12/2025	Valor contábil	Total Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 4 anos	Mais que 4 anos
Fornecedores terceiros	Fornecedores partes relacionadas	5.019.375	5.019.375	5.019.375	-	-
Empréstimos e financiamentos		873.640	873.640	873.640	-	-
		79.278.017	108.874.316	18.617.331	17.834.511	32.135.137
						40.287.337

**23.3 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é

reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

### 24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### DIRETORIA

Ramon Sade Haddad  
Diretor Presidente

Yusheng Wang  
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da  
Canarana Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

**Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis da Canarana Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações contábeis da Companhia para o

exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de março de 2025, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F  
Glauco Dutra da Silva  
Contador CRC RJ-090174/O

